

Sua Excelência Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente do Brasil

Sua Excelência Barack Obama
Presidente dos Estados Unidos da América

Sua Excelência Dr. Susilo Bambang Yudhoyono
Presidente da República da Indonésia⁴

Florestas e Política Climática: Uma chamada para liderança

Suas Excelências, Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente Obama, e Presidente Yudhoyono,

Nós, os governadores de Aceh, Acre, Amapá, Amazonas, Califórnia, Illinois, Mato Grosso, Papua, Pará e Wisconsin, apelamos para que os senhores incluam sólidas provisões para a questão florestal nas políticas climáticas internacionais e nacionais. Esperamos também que os senhores se juntem a nós e a outros governos sub-nacionais do mundo inteiro ao criar tais provisões e na sua implementação. Chegou a hora de agir sobre a mudança climática e as florestas deverão desempenhar um papel fundamental nos esforços para solucionar o problema do clima.

Desde novembro de 2008, os nossos estados e províncias vêm cooperando sobre uma série de memorandos de entendimento (MOUs), com o objetivo de compartilhar experiências, capacitações e elaborações de recomendações para os responsáveis políticos e as autoridades regulatórias no sentido de analisar as maneiras de integrar a Redução de Emissões do Desmatamento e Degradação Florestal (REDD) e as atividades de carbono florestal em outros sistemas de conformidade de emissores de gases de efeito de estufa (GEE). Mais de cinquenta por cento das florestas tropicais do mundo estão localizadas nos nossos estados e províncias, fornecendo meios de subsistência para inúmeras comunidades locais e povos indígenas. Coletivamente, a economia dos nossos estados e províncias representam mais de 2,7 trilhões de dólares da economia global.

Os nossos esforços são os primeiros em qualquer nível de governança para avançar o que poderia ser chamado de fase da "prova de conceito" em esforços contínuos para fazer com a REDD esteja em cumprimento com as emissões de GEE. E estamos fazendo isso por um processo único de cooperação transnacional entre os estados-chaves e as províncias no mundo inteiro, o que ilustra o papel fundamental que as entidades sub-nacionais desempenham na luta contra as mudanças climáticas.

Gostaríamos de parabenizar os seus esforços no sentido de fazer a política do clima progredir em níveis nacionais e internacionais e agradecemos o trabalho feito pelos seus governos para incluir disposições sólidas para a REDD em esforços nacionais e internacionais de proteção do clima. Contudo, esta é uma questão que não pode ser resolvida de cima para baixo e nós pedimos que os Senhores se juntem a nós para desenvolver uma abordagem abrangente que mobilize ações em múltiplos níveis de governança - a partir de comunidades locais para o sistema internacional - e que aproveitem o trabalho vital que vem sido feito pelos estados e províncias no mundo inteiro. Embora reconheçamos que os nossos esforços não serão suficientes sem um forte apoio dos nossos respectivos governos nacionais e da comunidade internacional, também sabemos que os seus esforços a nível internacional e nacional, não serão bem sucedidos a menos que eles abordem

programas existentes e mobilizem as capacidades existentes no nível sub-nacional. É apenas trabalhando em conjunto que podemos tornar a questão florestal uma parte significativa da política climática.

Florestas e a política climática

Como já se sabe, o setor florestal é um componente chave do problema das alterações climáticas. O desmatamento, que ocorre quase na sua totalidade nos trópicos, é responsável por cerca de 20% das emissões globais de gases de efeito estufa - mais do que todo o setor de transportes globais e mais ou menos equivalente às emissões anuais de CO₂ da China ou dos Estados Unidos em 2005. O desmatamento é também a maior fonte de emissões de muitos países em desenvolvimento e alguns dos maiores emissores do mundo, alcançaram o seu ranking em grande parte por causa das emissões de desmatamento. E, no entanto, o desmatamento tropical foi expressamente excluído do Protocolo de Quioto, criando uma imensa lacuna nos esforços internacionais de proteção do clima, o que não faz o menor sentido.

Simplesmente não podemos mais estabilizar a composição da atmosfera remotamente perto ao que os cientistas consideram um nível prudente se deixarmos 20% das emissões globais de fora desta equação. Ao mesmo tempo, encontrar uma maneira de trazer a REDD à política climática oferece o único caminho significativo para que muitos países em desenvolvimento possam participar nos esforços internacionais para lidar com as mudanças climáticas. E sem a participação de países em desenvolvimento, não será possível chegar a um acordo pós-2012 eficiente em relação ao clima. A REDD e outras atividades de carbono florestal podem também fornecer opções de baixo custo de mitigação que estão disponíveis em curto prazo, permitindo uma flexibilidade tão necessária como a transição para um sistema energético com baixo teor de carbono. Finalmente, os esforços para proteger e restaurar florestas irão gerar inúmeros benefícios co-ambientais e sociais, incluindo a recuperação de áreas degradadas e de bacias hidrográficas, melhorias do habitat, manutenção da estabilidade climática regional e ciclos hidrológicos, aumentando a renda das comunidades dependentes da floresta, a redução das migrações e os conflitos e o reforço da capacidade de adaptação às alterações climáticas e outros estresses ambientais.

União dos governos em prol do clima e princípios florestais

Dada a urgência da inclusão das florestas nos esforços de proteção do clima e com base nas nossas experiências coletivas, acreditamos que qualquer esforço bem sucedido para as florestas na política climática deve respeitar os seguintes princípios:

1. Ações sub-nacionais: estados, províncias e outros governos locais no mundo inteiro têm um papel crítico a ser desempenhado ao trazer a questão florestal à política climática. Os nossos esforços pelo processo do MOU representam a prova positiva de que a colaboração transnacional entre estados e províncias é crucial para os esforços de desenvolver estruturas viáveis para a REDD e outras atividades de carbono florestal. Sem um forte envolvimento dos governos sub-nacionais, estes esforços não terão êxito. Nós pedimos que os senhores incluam disposições robustas para ações sub-nacionais da REDD e outras atividades florestais em qualquer tratado internacional sobre o clima e na sua própria legislação interna.
2. Disposições robustas em escala: Este não é o momento de ser tímido. Todas as disposições que incluam emissões do desmatamento na política climática (em qualquer nível) deverão ser suficientemente robustas para lidar com o problema em escala. Isso significa criar mecanismos de políticas com uma capacidade de mobilizar bilhões de dólares por ano e a criação de estruturas institucionais que efetivamente irão canalizar tais investimentos às pessoas e comunidades de base.

3. Mercados e fundos: Os esforços para financiar a REDD e outras atividades florestais de carbono em escala devem usar o financiamento público para a construção de capacitações e a preparação do mercado, bem como abordagens baseadas no mercado capazes de mobilizar níveis substanciais e sustentados de financiamento. Estas abordagens não são mutuamente exclusivas, pois precisamos de ambos.
4. Integridade: Trazer a REDD e outras atividades florestais de carbono à política climática deve ser acompanhado de normas e protocolos que garantam que todos os créditos para essas atividades sejam reais, permanentes, quantificáveis e verificáveis, executórios e adicionais. Não podemos permitir que a REDD ou outras atividades de carbono florestal minem os esforços de redução de emissões em outros setores. Isto significa desenvolver fortes princípios e critérios para atividades em níveis de projetos juntamente com instituições eficazes e transparentes para a contabilidade e a coordenação em níveis estaduais, regionais e nacionais.
5. Simplicidade e transparência: Os mecanismos de política da REDD e outras atividades do carbono florestal devem funcionar de uma forma simples e transparente, com base no objetivo global de proteção do clima.
6. Abordagem em fases: Devemos começar com abordagens relativamente rápidas e conservadoras para reduzir as emissões do desmatamento em áreas que tenham a capacidade de agir imediatamente (em qualquer nível de governo), enquanto se trabalha em direção a uma abordagem abrangente e global, que inclui outras geografias e outras atividades de carbono florestal à medida que as capacidades evoluem.
7. Patrimônio e Participação Local: Quaisquer esforços bem sucedidos para trazer a questão das florestas à política climática devem mobilizar e reforçar a participação das florestas locais e populações dependentes das comunidades de uma forma justa e responsável. Essas políticas devem incluir estruturas e procedimentos transparentes para garantir a participação significativa e a partilha equitativa dos benefícios da REDD e outras atividades de carbono florestal. Se os benefícios de tais atividades não conseguirem chegar às comunidades locais no terreno, estes esforços não terão sucesso.
8. Coordenação vertical: As disposições nacionais e de políticas climáticas internacionais sobre as florestas devem ser construídas nas instituições e regras de vinculação do projeto, baseadas em atividades estaduais, nacionais e internacionais para assegurar atividades de coordenação entre os programas e para reduzir as possibilidades de vazamentos.

Criação de uma Força Tarefa Climática e Florestal de Governos Nacionais e Sub-nacionais

Ao longo do ano passado, os nossos esforços nos convenceram do enorme valor envolvido na cooperação entre os diferentes estados e províncias ao redor do mundo ao compartilhar ideias, construção de capacidades e elaboração de recomendações para os esforços no sentido de trazer a REDD e outras atividades de carbono de floresta à política climática. Ao mesmo tempo, estamos preocupados que as negociações das Nações Unidas estejam se movendo muito lentamente e que os esforços nacionais diferentes em matéria de clima e florestas no Brasil, Indonésia, Estados Unidos e outros países estejam transcorrendo em relativo isolamento.

Independentemente do resultado das negociações climáticas da ONU, nós enfrentamos uma oportunidade crítica que os governos nacionais e sub-nacionais no mundo inteiro estão escrevendo e elaborando novas leis que regem a inclusão das florestas na política do clima - se na concepção dos

sistemas de cumprimento das emissões de GEE em níveis estaduais e federais nos Estados Unidos ou no desenvolvimento de novas leis, regulamentos e instituições que governam as florestas e o carbono no Brasil e na Indonésia. Existe uma força poderosa nesta pluralidade de esforços, mas que deve ser explorada por ações coordenadas que incluem os governos nacionais e sub-nacionais.

Desta maneira, vemos um enorme valor em expandir os nossos esforços para criar uma nova força-tarefa transnacional, composta por representantes de autoridades nacionais e governos sub-nacionais que coordenam os esforços em nossos respectivos governos e desenvolvem recomendações específicas para a inclusão das florestas nas políticas climáticas em vários níveis de governança. Tal força-tarefa seria uma oportunidade única para aprender, para melhorar as capacidades e desenvolver recomendações para conectar os nossos diversos esforços. Nós respeitavelmente pedimos que os Senhores estabeleçam uma força-tarefa, **QUE LEVE EM CONSIDERAÇÃO ESFORÇOS TANTO EM NÍVEL NACIONAL, QUANTO SUB-NACIONAL [NOS PROCESSOS DE DEFINIÇÃO DA PAUTA DE COPENHAGEN.**

Uma chamada para a liderança

Os seus governos estão em uma posição e em um momento excepcionais para liderar com esta questão. **PORTANTO É IMPERATIVO A DEFINIÇÃO DE METAS GLOBAIS AUDACIOSAS, QUE PERMITAM A INCLUSÃO DE COMPROMISSOS ADICIONAIS PARA REDUÇÃO DAS EMISSÕES DO DESMATAMENTO, DENTRO DE UM REGIME CLIMÁTICO QUE RECOMPENSE DE FORMA JUSTA O ESFORÇO LOCAL.** Ao mesmo tempo, os Estados Unidos estão considerando uma legislação que constituiria um dos maiores e mais importantes sistemas de cumprimento das emissões do GEE no mundo. Nos seus próprios esforços internos e esforços para desenvolverem um acordo internacional sobre as mudanças climáticas, os Senhores têm uma oportunidade única para conceber e implementar políticas eficazes para tornar as florestas uma parte significativa da política climática.

Reconhecemos e agradecemos aos Senhores pelo árduo trabalho que os Senhores já estão fazendo com relação a isso, e estamos prontos para nos juntarmos com você para terminar o trabalho. Baseado na nossa experiência coletiva no trabalho em conjunto ao longo do ano passado, e nos nossos esforços individuais para tornar as florestas parte da questão clima, nós trazemos um conjunto único e essencial de recursos para os esforços. Nos sugerimos que os Senhores adotem os mesmos princípios que nós temos adotado e que liderem uma nova força-tarefa do clima e das florestas, composta por representantes dos seus governos e dos nossos para tornar as florestas uma parte real e duradoura da política climática.

Atenciosamente,

Governador Irwandi Yusuf
Aceh

Governador Arnóbio Marques de Almeida Júnior
Acre

Governador Antônio Waldez Góes da Silva
Amapá

Governador Carlos Eduardo de Souza Braga
Amazonas

Governador Arnold Schwarzenegger
Califórnia

Governador Pat Quinn
Illinois

Governador Blairo Maggi
Mato Grosso

Governador Barnabas Suebu
Papua

Governadora Ana Júlia de Vasconcelos Carepa
Pará

Governador Jim Doyle
Wisconsin